

Luxemburgo. Presos não têm direito a visitas íntimas dos cônjuges

Paula SANTOS FERREIRA

O Conselho da Europa recomenda que sejam autorizadas os encontros com "relações íntimas" dos detidos com os companheiros, na prisão. No País não são possíveis ainda, admite a ministra. Mas irão ser, daqui a dois ou três anos.

O Luxemburgo não está a aplicar as Regras Prisionais Europeias (RPE) do Conselho da Europa, relativas às visitas conjugais a que têm direito os prisioneiros nos centros prisionais do País. Nomeadamente à autorização das 'relações íntimas' dos detidos com os seus cônjuges, em visitas específicas à prisão.

A confirmação é dada pela ministra da Justiça Tam Sanson numa resposta à Questão Parlamentar do deputado Marc Baum do Déi Lénk sobre as falhas ao nível dos direitos humanos com que se deparam as mulheres detidas nas prisões do País. Entre elas a não permissão das visitas íntimas.

Um problema que não é exclusivo da população prisional feminina. "No Luxemburgo não são permitidas visitas íntimas, nem para prisioneiros masculinos nem para prisioneiros femininos", alerta ao Contacto o presidente da 'Eran, eraus an elo?', associação que defende os direitos dos prisioneiros do Luxemburgo.

"Manter as boas relações familiares"

"O quadro europeu é bastante claro: as visitas íntimas devem ser permitidas em todos os países", defende este dirigente, explicando que atualmente, a preparação para a reintegração de um prisioneiro "desempenha um papel fundamental durante a sua detenção". Por isso, "continuar a ter boas relações, o que inclui também relações sexuais, com o seu cônjuge é considerado um factor positivo para a reintegração".

As Regras Prisionais Europeias, é o "documento base" dos direitos dos prisioneiros dos estados membros, tendo sido elaborado tendo em conta a Convenção Europeia dos Direitos do Homem. No seu ponto 24.4 "o regime de visitas deve permitir aos prisioneiros

manter e desenvolver as relações familiares da forma mais normal possível”, realça a ‘Eran, eraus an elo?’

Esta regra, salienta o presidente da associação “sublinha a importância particular das visitas não só para os prisioneiros, mas também para as suas famílias. Sempre que possível, devem ser permitidas visitas familiares de longo prazo (até 72 horas, por exemplo, como é o caso em muitos países da Europa de Leste). Estas visitas alargadas permitem que os prisioneiros tenham relações íntimas com os seus parceiros”.

A justificação da ministra

Na Questão Parlamentar de Marc Baum, do Déi Lénk, sobre a situação das mulheres detidas nos estabelecimentos prisionais do Luxemburgo, o deputado confrontou a ministra da Justiça sobre a ausência de visitas de carácter íntimo das prisioneiras. Marc Baum lembrou que o relatório Ombudsman, de 2018, do mediador dos centros prisionais de Schrassig e Givenich alertou para a falta de esforços na implementação destas recomendações europeias. Por isso, questionou Sam Tanson sobre a situação atual da possibilidade destas visitas.

“No que respeita às visitas ditas ‘íntimas’, elas não são atualmente possíveis devido às estruturas inadequadas que oferece o CPL. Assim as obras de reabilitação do CPL que terão lugar depois da reabertura do centro penitenciário de Uerschterhaff, está previsto destinar salas para permitir essas visitas”, declarou a ministra da Justiça na sua resposta ao deputado Marc Baum.

Falta de vontade política

A ‘Eran, eraus an elo?’ reconhece que “a infraestrutura da sala de visita é a principal responsável pela ausência de visitas íntimas”, mas a este facto “acresce a falta de vontade política para mudar qualquer situação nesta área”.

“No Luxemburgo, notamos que, em geral, não é bem visto dar vantagens de qualquer tipo a um prisioneiro. Há anos que lamentamos esta situação, mas as opiniões são bastante fechadas a este respeito e só lentamente começam a ter em conta os efeitos benéficos das visitas íntimas”, conclui o presidente da ‘Eran, eraus an elo?’ que preferiu não se identificar.

De acordo com a resposta de Sam Tanson só em 2022 os homens e mulheres prisioneiros no Luxemburgo deverão ter autorização para as 'visitas íntimas' com os seus cônjugues, isto porque o novo centro penitenciário de Uerschterhaff deverá começar a funcionar em setembro de 2022 prevendo o Ministério da Justiça que esteja completamente operacional no início de 2023.